



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,
REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE
2026.

Presidência do Senhor Deputado Tovar.

- Presidente -

Senhor Deputado Sargento Neto

- 1º Secretário-

Às dez horas do dia trinta e um de março do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário “Deputado José Mariz”, realizou-se a 12ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba, sob a presidência do Deputado Tovar e, secretariando os trabalhos, o Deputado Sargento Neto. Além dos membros acima mencionados, participaram os Deputados: Adriano Galdino (REP), André Gadelha (MDB), Bosco Carneiro (REP), Branco Mendes (REP), Caio Roberto (PL), Camila Toscano (PSDB), Chico Mendes (PSB), Chió (REDE), Cida Ramos (PT), Danielle do Vale (REP), Del. Wallber Virgolino (PL), Dr. Romualdo (MDB), Dra. Jane Panta (PP), Dra. Paula (PP), Eduardo Brito (SD), Eduardo Carneiro (SD), Fabio Ramalho (PSDB), Galego Souza (PP), Gilbertinho (UNIÃO), Hervázio Bezerra (PSB), Inácio Falcão (PC do B),

João Gonçalves (PSB), João Paulo Segundo (PP), Júnior Araújo (PSB), Jutay Meneses (REP), Luciano Cartaxo (PT), Márcio Roberto (REP), Michel Henrique (REP), Nilson Lacerda (UNIÃO), Tanilson Soares (PSB), Tião Gomes (PSB). Deixou de participar, com ausência justificada, os Deputados Felipe Leitão (REP) e Francisca Motta (REP). “Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, o presidente declarou aberta a presente sessão e solicitou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19. Após a pausa, o presidente solicitou ao Deputado Sargento Neto a leitura de uma passagem bíblica. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Primeiro-Secretário, o Deputado Sargento Neto, para a leitura do Expediente em Mesa. Na sequência, o Presidente Deputado Tovar retomou a palavra e solicitou a dispensa da leitura das atas anteriores, bem como da votação da redação final das matérias aprovadas, considerando aprovadas as atas das sessões anteriores e a redação final das referidas matérias. Prosseguindo, o Presidente declarou iniciado o Pequeno Expediente, passando a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Del. Wallber Virgolino, que saudou os presentes, registrou cumprimentos ao Deputado Nilson Lacerda e destacou sua chegada à Casa. Tratou do projeto de resolução que dispõe sobre o hino oficial do Estado da Paraíba, manifestando posicionamento contrário à alteração proposta e apresentando encaminhamento legislativo sobre a matéria. Na sequência, usou da palavra o Deputado Chió, que saudou os presentes e parabenizou o Deputado Nilson Lacerda. Registrou o aniversário de seu município, Remígio/PB, destacando aspectos culturais e afetivos. Manifestou pesar por um fato recente envolvendo o falecimento da criança Liana Maria em Campina Grande, ocasião em que cobrou esclarecimentos e providências dos órgãos competentes, questionando a prestação dos serviços de saúde. Logo após, fez uso da tribuna o Deputado Sargento Neto enalteceu o governo Bolsonaro, além de abordar temas estaduais relacionados à segurança pública, defendendo a valorização das categorias da área e apresentando críticas à condução governamental de forma genérica. Em seguida, o Deputado André Gadelha saudou os presentes, destacando especialmente o retorno do Deputado Nilson Lacerda à Casa de Epitácio Pessoa. Prestou solidariedade à família de seu amigo Eilzo Matos, enaltecendo sua trajetória e legado. Abordou o tema do feminicídio e criticou a decisão do STJ de reduzir a pena de um agressor de mulher, apontando indignação com a possibilidade disso favorecer sua candidatura. Também se mostrou

indignado com o Tribunal de Contas por responsabilizar apenas um padre pelo desvio de 11 milhões de reais. Por fim, criticou o STF por não prorrogar a CPI destinada a investigar o roubo no INSS e afirmou que continuará atuando politicamente, bem como insistindo na luta contra essas injustiças. Logo após, o Deputado Júnior Araújo comemorou o retorno do Deputado Nilson Lacerda e seu serviço prestado à região de Conceição. Referiu-se a sua emenda, a qual prevê a demissão de servidores públicos que estejam sendo julgados por crimes de violência contra a mulher. Ao finalizar, lamentou a banalização do feminicídio e pediu o apoio de todos para a aprovação dessa emenda. Em seguida, a Deputada Camila Toscano agradeceu à emenda, pedindo subscrição como coautora, e afirmou que as leis são fundamentais para inibir tais atos de violência. Logo após, o Deputado Chico Mendes registrou sobre a homenagem feita pela Casa às mulheres na política, exaltando a importância do tema. Declarou que o feminicídio tem aumentado e precisam frear esse crescimento. Exaltou a figura do Deputado Nilson Lacerda para a região do Vale do Piancó. Declarou que o Governo tem muitos avanços a celebrar, destacando programas sociais, melhorias na saúde e obras de mobilidade urbana. Agradeceu aos parlamentares pelo apoio ao Governo, especialmente ao Presidente Adriano Galdino pelo comprometimento. Por fim, parabenizou o Governador João Azevedo e o vice Lucas Ribeiro. Em continuidade, o Deputado Adriano Galdino citou e convidou a todos para a sessão solene histórica em homenagem às prefeitas. Logo depois, o Deputado Nilson Lacerda foi à tribuna para fazer o seu discurso de posse. Com a palavra, afirmou que assumiu o mandato com gratidão, agradecendo a Deus, à família, aos companheiros fiscais e aos eleitores pela confiança. Destacou sua trajetória política ilibada e reconheceu o apoio, em especial, dos Deputados Taciano Diniz, Hugo Motta e Adriano Galdino, ressaltando suas contribuições e reafirmando também o compromisso de dar continuidade a pautas importantes para a Paraíba. Defendeu ações voltadas ao desenvolvimento regional, saúde, educação e inclusão, com atenção ao Vale do Piancó. Concluiu mencionando que buscaria atuar com união, trabalho e compromisso em favor de todo o povo paraibano. Em continuidade, o Presidente encerrou o Pequeno Expediente e iniciou a Ordem do Dia, passando a palavra para o Primeiro-Secretário, o Deputado Branco Mendes, para a leitura dos itens constantes da pauta. Ordem do Dia.

1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO –

QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: 236/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto total por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público. O projeto de lei nº 2.433/2024, de autoria do Deputado Dr. Taciano Diniz, que "Dispõe sobre laudos médicos destinados às pessoas com deficiência e dá outras providências". Razões do Veto: Inconstitucionalidade e contrário ao interesse público. Parecer da CCJR pela manutenção do Veto. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discutir. Encaminhamento de votação pelo representante da oposição, Deputada Camila Toscano, pela derrubada do veto. Encaminhamento de votação do representante da situação, Deputado Eduardo Carneiro, pela manutenção do veto. Submetido a votação, o veto foi mantido por maioria com 09 votos sim; 15 votos não; 01 abstenção.

VETO Nº 239/2025 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto total por inconstitucionalidade ao projeto de lei nº 1.905/2024, de autoria do Deputado Anderson Monteiro, que "Institui a carteira de identificação da pessoa com alergia alimentar no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências." RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. Submetido à discussão e votação, o parecer foi aprovado. O veto foi submetido à discussão. Não havendo quem quisesse discutir, passou-se à votação nominal. Durante o encaminhamento, a Deputada Camila Toscano, líder da oposição, orientou a bancada pela derrubada do veto, enquanto o Deputado Chico Mendes, líder do governo, encaminhou pela sua manutenção. Após a apuração dos votos, o veto foi mantido por maioria com 09 votos sim; 18 votos não e 01 abstenção.

Item 02. PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM 1º TURNO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2026 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Altera o art. 81 e revoga o art. 82 da Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010, para disciplinar a movimentação voluntária na carreira da magistratura estadual. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Submetido ao Plenário, o Requerimento de Urgência Urgentíssima foi aprovado, estendendo-se às demais matérias da Ordem do Dia que necessitassem do instrumento. Designado relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e

votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 43/2022 – DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO – Acrescenta o inciso XIV ao artigo 120 da Lei Complementar nº 58/2003, prevendo como causa para aplicação de demissão a condenação judicial transitada em julgado do servidor por crime de violência doméstica e/ou contra a mulher. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Del. Wallber Virgolino apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão. A Deputada Dra. Jane Panta parabenizou a iniciativa e destacou a existência de legislação de sua autoria com finalidade semelhante, ressaltando que a proposta complementava o ordenamento jurídico ao tratar de servidores já em exercício, após condenação transitada em julgado, solicitando subscrição. O Deputado André Gadelha também parabenizou o autor, mas sugeriu a retirada da exigência de trânsito em julgado, argumentando que a morosidade processual poderia favorecer a impunidade. A Deputada Camila Toscano enfatizou a gravidade da violência contra a mulher e defendeu o fortalecimento de instrumentos legais de proteção, ressaltando o impacto social do feminicídio e a importância de dar visibilidade aos agressores. A Deputada Dra. Paula acompanhou a preocupação quanto à exigência do trânsito em julgado, defendendo maior celeridade nas punições como forma de prevenção ao feminicídio. A Deputada Cida Ramos destacou a necessidade de mudanças culturais e educativas para o enfrentamento da violência de gênero, ressaltando o papel conjunto do Estado, da sociedade e da família. O Deputado Júnior Araújo, ao final, justificou a manutenção do critério de trânsito em julgado com fundamento no princípio constitucional da presunção de inocência, reafirmando seu compromisso com a pauta de proteção às mulheres e destacando iniciativas legislativas de sua autoria voltadas à temática. Encerrada a discussão, o projeto foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Item 3. PROJETOS DE LEI – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES. PROJETO DE LEI Nº 6.763/2026 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO. Matéria prejudicada por ausência do deputado autor no momento da votação. PROJETO DE LEI Nº 6.905/2026 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Estadualiza a estrada conhecida como a

“Rota da Mineração”, partindo da sede da cidade de Junco do Seridó (PB), passando pelo distrito do Bom Jesus, pertencente ao mesmo município, até o distrito de São José da Batalha, pertencente ao município de Salgadinho (PB). REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Requerimento de Urgência Urgentíssima já fora aprovado. Designado relator especial, o Deputado Branco Mendes apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 2.211/2024 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação mensal da central de atendimento à mulher (disque 180) e do serviço de denúncia de violações aos direitos humanos (disque 100) nos contracheques dos servidores públicos do estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designada relatora especial, a Deputada Dra. Paula apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e a autora esclareceu que a proposta teve como objetivo incentivar a denúncia de violência contra a mulher, destacando que a simples divulgação dos canais de atendimento poderia encorajar vítimas a buscarem proteção estatal, contribuindo para a preservação de vidas. Submetido à votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 2.332/2024 – DO DEPUTADO INÁCIO FALCÃO – Dispõe sobre a criação do programa infância sem racismo no Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Jutay Meneses apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 2.513/2024 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Dispõe sobre a proibição do corte de fornecimento de serviço de água, energia elétrica e gás canalizado no estado da Paraíba, por motivo de inadimplemento, quando a contratante for mulher de baixa renda vítima de violência doméstica e familiar, e esteja sob medida protetiva de urgência. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designada relatora especial, a Deputada Dra. Jane Panta apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi

submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 2.679/2024 - DA DEPUTADA DRA. JANE PANTA - Dispõe sobre a dispensa do pedido médico para realização de mamografia de rastreamento do câncer de mama nas mulheres, no âmbito do estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Nilson Lacerda apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e a autora esclareceu que a medida visou facilitar o acesso ao exame de rastreamento, eliminando barreiras burocráticas e ampliando a prevenção do câncer de mama, especialmente para mulheres com dificuldade de acesso ao sistema de saúde. Submetido à votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. O Deputado Jutay Meneses requereu a votação em bloco a partir do Projeto de Lei nº 2.929/2024 e dos itens 4, 5, 6 e 7 da pauta, bem como a inclusão do Requerimento nº 28.579/2026, com concordância dos líderes do governo e da oposição. O Presidente direcionou a discussão e votação em bloco. Designado o relator, o Deputado Jutay Meneses apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, e foi aprovado por unanimidade. Não houve destaques pelos líderes. As matérias foram aprovadas por unanimidade, exceto as proposituras dos deputados ausentes no momento da votação. Logo após, finalizada a pauta e não havendo mais deliberações, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão. O inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata, após aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba e no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL. A presente sessão ordinária registrou-se de forma presencial, João Pessoa-PB, 31 de março de 2026.



DEP. FELIPE LEITÃO

Presidente



GILBERTINHO

Deputado Estadual

1º Secretário